

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I – A Complexidade do Patrimônio Público e a Visão Tradicional</b> .....	5
1.1 Aquisição da Propriedade Pública Imobiliária Brasileira.....	5
1.2 A Titularidade dos Bens Públicos no Ordenamento Jurídico Atual.....	11
1.2.1 Crítica ao Critério da Titularidade .....	14
1.3 A destinação dos bens públicos .....	17
1.4 Elementos característicos do patrimônio público.....	19
1.4.1 Alienabilidade condicionada .....	20
1.4.2 Impenhorabilidade.....	22
1.4.3 Imprescritibilidade .....	23
1.5 Bens públicos dominicais federais em espécie .....	26
1.5.1 Bens dominicais federais imobiliários dos direitos de habitação .....	37
Conclusão do Capítulo I.....	39
<b>Capítulo II – O Interesse Público como Vetor de Interpretação das Ações sobre os Bens Públicos</b> .....	45
2.1 A conformação da propriedade pública – aspectos gerais .....	45
2.2 As Transformações do Direito Público na Visão de Leon Duguit .....	50

2.3 Os direitos de habitação como direitos fundamentais.....	59
2.4 O Interesse público como fundamento do Estado de Direito.....	66
2.4.1 A supremacia do interesse público sobre o privado .....	67
2.4.2 Princípio da indisponibilidade do interesse público .....	78
2.5 A repartição de poderes e de competências no estado democrático de direito e sua relação com os direitos de habitação .....	81
2.6 Princípios do Direito Urbanístico e suas confluências na Administração Pública .....	85
2.7 A noção de interesse público e sua relação com os bens dominicais federais – a função social da propriedade pública .....	92
2.8 A discricionariedade na gestão dos bens públicos .....	99
Conclusão do Capítulo II.....	102
<b>Capítulo III – Os Instrumentos de Conversão da Propriedade Pública Dominical para Efetivação da Moradia Social.....</b>	<b>107</b>
3.1 A “Crise” do Direito .....	107
3.2 Sobre a Atuação Judicial nas Emergências Sociais Contemporâneas .....	115
3.3 A resposta do Poder Judiciário às urgências de habitação .....	119
3.4 A Súmula 340 do Supremo Tribunal Federal .....	121

3.5 O REsp 736742 e a Necessidade de Prova de Domínio pela Administração.....	124
3.6 O REsp 1.296.964 – Admissão de Conflitos Possessórios em Bens Públicos.....	127
3.7 O Critério da Funcionalização pelo STJ.....	134
3.8 O reconhecimento da usucapião sobre bens públicos pelo TJMG .....	137
3.9 Aspectos normativos da usucapião.....	141
3.9.1 A usucapião de bens públicos e a doutrina .....	147
3.9.2 A aquisição de bens públicos por particulares: a busca por uma resposta simplificada .....	151
3.10 O mantra da imprescritibilidade e o princípio da conversão.....	152
3.11 A sentença judicial anômala como resposta para efetivar os direitos de habitação .....	157
3.11.1 O esboço de teoria para fundamentar uma sentença judicial anômala .....	162
3.12 Função Social Objetiva.....	165
3.12.1 Função Social Objetiva Interna .....	169
3.12.2 Função Social Objetiva Externa .....	169
3.13 Função Social Subjetiva.....	170
3.13.1 Dimensão Individual.....	175
3.13.2 Dimensão Coletiva.....	177
3.13.3 Prismas das Dimensões da Função Social da Propriedade.....	178
Conclusão do Capítulo III .....	181

<b>Capítulo IV – A Reurb e a Conversão da Propriedade Pública em Particular.....</b>	<b>189</b>
4.1 A função social da propriedade pública e a Reurb .....	189
4.2 Os direitos de habitação do particular e sua relação com a propriedade pública – a vinculação da Administração.....	196
4.3 Os instrumentos urbanísticos da Reurb .....	198
4.4 A classificação da propriedade pública de acordo com a função social .....	212
4.4.1 Bens públicos formais, materiais e a propriedade pública perfeita .....	214
4.4.2 A pré-afetação dos imóveis no âmbito da Reurb.....	218
4.4.3 A Propriedade Funcionalizada.....	225
Conclusão do Capítulo IV .....	227
<b>Conclusão.....</b>	<b>231</b>
<b>Referências .....</b>	<b>235</b>